

Editorial

Este número de Música Popular em Revista (MPR) marca uma transição de formato visando a regularização da publicação e a adequação às políticas de publicação periódica adotadas pela UNICAMP. Para isto estão sendo implementadas gradualmente algumas diretrizes a serem finalizadas no primeiro semestre de 2020, entre as quais a inclusão do DOI (Digital Object Identifier) em todos os artigos, a adesão ao selo de publicação aberta Creative Commons, além do procedimento de publicação contínua.

O sistema de avaliação existente permanece o mesmo, ou seja, funcionando de acordo com as normas de publicação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e seguindo os critérios adotados pelos órgãos de fomento da Pesquisa e Pós-Graduação. A avaliação das submissões é realizada pelo sistema duplo-cego, em fluxo contínuo, na medida e ordem em que são recebidas. O processo de avaliação é composto por três fases: (1). Pré-Seleção: realizada pelos Editores, através da qual se avaliam se as contribuições cumprem as normas de submissão da MPR; (2). Avaliação de Mérito: realizada por pelo menos dois pareceristas, que não pertençam à mesma instituição dos autores; (3). Edição e Publicação: realizada pelos Editores, responsáveis pela organização e edição final para publicação on-line.

A MPR é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes (IA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculado ao Grupo de Pesquisa *Música popular: história, produção e linguagem*, com a colaboração do Programa de Pós-Graduação em Música do Centro de Letras e Artes (CLA) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A revista foi fundada em 2012 e tem como objetivo divulgar a produção acadêmica de diversas áreas do conhecimento que elegem a música popular como objeto de estudo. Publica artigos inéditos e/ou traduzidos, ensaios, resenhas, entrevistas e partituras. Os idiomas das contribuições podem ser o português, espanhol ou o inglês.

A partir do v. 7, o Conselho Editorial passa a ser composto por dois membros do Instituto de Artes da UNICAMP, dois membros do Centro de Letras e Artes da UNIRIO e dois convidados externos, que não pertencem a estas instituições.

A inclusão de membros no conselho se dá a partir de convite dos Editores. A função principal do Conselho Editorial é (1) Auxiliar na publicação da revista, definindo sua política editorial e sua configuração. Adicionalmente, se espera que tanto o Conselho Editorial quanto o Conselho Consultivo (composto por especialistas em diversas áreas do conhecimento que lidam com o objeto “música popular”) venham a (2) Contribuir com a política de promoção da Revista, seja na divulgação de seus trabalhos publicados, seja no convite a novos colaboradores (possíveis autores e avaliadores); (3) Emitir eventuais pareceres para as submissões recebidas pela Revista, conforme solicitação dos Editores.

A publicação dividida em seções representa a última edição neste formato, já que por recomendação da UNICAMP a revista passa a ser de publicação contínua. Trata-se do Dossiê temático sobre “Música popular nordestina e mercado (1950-2010)”, organizado por Eduardo de Lima Visconti e Gustavo Alves Alonso Ferreira, ambos ligados à Universidade Federal de Pernambuco. Como mencionado pelos organizadores na apresentação nos textos publicados, é possível observar no âmbito da chamada “música nordestina” a permanência de certas tradições musicais em diálogo com “modernidades alternativas”, em reinterpretações cíclicas.

O Dossiê é composto de quatro textos, produzidos por pesquisadores ligados ao Conservatório Pernambucano de Música, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba. O primeiro artigo, escrito por Maíra Macedo Moreira (Conservatório Pernambucano de Música) analisa o disco *Choro Frevado* do cavaquinista Antônio da Silva Torres, comentando sobre a incorporação das tradições locais, em especial o frevo, no choro em Pernambuco; fazendo, de certa maneira, uma conexão com o Dossiê sobre o choro publicado no primeiro semestre do ano. A seguir “Ecos Armoriais, Influência e Repercussão da Música Armorial em Pernambuco: uma síntese”, de Marília Paula dos Santos (Universidade Federal da Paraíba), trata das disputas narrativas que buscam definir o Armorial e as reflexões relacionadas com a incorporação do popular na música de concerto “nordestina”. No terceiro artigo do dossiê, intitulado “A representação dualista do forró em escritos acadêmicos e a diversidade ocorrente”, Climério de Oliveira Santos (Conservatório Pernambucano de Música) contrapõe a vitalidade e diversidade das práticas do forró

atuais e a concepção dicotômica comercial *versus* tradicional que teima em permanecer na academia. Finalizando a seção, “Legados do manguê: o *manguêbeat* e as transformações nas hierarquias simbólicas”, escrito por Luciana Ferreira Moura Mendonça (Universidade Federal de Pernambuco), analisa como a força do movimento parece alterar nos tempos atuais a hierarquização das práticas culturais no Recife.

A seguir, dentre os artigos avulsos na publicação, saímos da região Nordeste para chegar à região Norte com o artigo “Memória social e discurso regionalista na canção ‘Belém-Pará-Brasil’” de Nélcio Ribeiro Moreira. O trabalho traz como tema uma balada *pop-rock* do grupo paraense Mosaico de Ravena, que foi composta no final da década de 1980, mas que ainda hoje faz parte do repertório de shows musicais em Belém, chegando a ser elevada à categoria de “hino”. Através de uma análise da letra/sonoridade e do diálogo com pressupostos teóricos, o autor investiga como esta canção, cuja letra traz propostas identitárias historicamente localizadas, se projetaram, em suas palavras, “para além desse contexto de sua criação e preliminar circulação, sendo acionado como potência discursiva em outros, diversos e distintos, momentos e espaços sociais”.

Na sequência, há um texto de viés mais analítico, intitulado “Makalister e a estética da insônia”, no qual Vinícius de Oliveira Prusch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) apresenta uma leitura da estética do rapper brasileiro contemporâneo Makalister Antunes, concentrando-se nos debates acerca das contradições da etapa atual do sistema capitalista. Aqui o gesto cancional, analisado pelos modelos de Tatit (2002) e Tagg (2003) é relacionado à supressão dos espaços subjetivos e não administrados pela lógica da forma-mercadoria.

Por sua vez, os dois artigos que encerram a edição são mais interdisciplinares. No primeiro, trazendo uma contribuição do ponto de vista da Fonoaudiologia, Mauro Barro Fiuza e Marta Assumpção de Andrada e Silva (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) lidam com os “Termos utilizados por cantores para identificar distorções vocais intencionais”. Distorções vocais intencionais são efeitos sonoros que se assemelham a sons ásperos, roucos ou mesmo rosnados e são utilizadas por cantores de diversos gêneros musicais como formas de expressividade

ou por questões estéticas. Com dados coletados através de um questionário online respondidos por 121 cantores, os autores constataram a falta de consenso entre os respondentes, o que dificulta a comunicação entre músicos e outros profissionais da voz. Dentre os 78 nomes para os sons distorcidos que produzem, aparecem com mais frequência os termos: *drive, growl, gutural, creaky*, voz rasgada e *scream*.

Fecha a publicação o artigo de Lucas Parreão Costa (Universidade Estadual do Maranhão), que estabelece uma interdisciplinaridade com a área da História, e discorre sobre o uso da canção popular brasileira como documento em sala de aula, especificamente no segmento do Ensino Médio. Para isso, propõe que a análise da canção, no contexto escolar, leve em consideração não somente sua letra, mas também a atuação do cancionista e performer, como instrumento metodológico numa pedagogia que visa fomentar uma consciência histórica em sala de aula.

Martha Tupinambá de Ulhôa (UNIRIO)
Rafael dos Santos (UNICAMP)
Editores

Adelcio Camilo Machado (UNICAMP/UFSCar)
Editor-Executivo